

Foto: Mário Agra Câmara dos Deputados

Votação de anistia será discutida por líderes

KEVIN LIMA
G1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que lideranças partidárias vão discutir nesta quarta-feira (17) a possibilidade de a Casa analisar um pedido para acelerar a votação da proposta que perdoa condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023. "Amanhã convoquei nova reunião de líderes para deliberar sobre a urgência dos projetos que tratam do acontecido em 8 de janeiro de 2023", escreveu Motta ontem, em uma rede social. A declaração de Hugo Motta ocorreu após uma reunião com líderes da Câmara. No encontro, a oposição voltou a pressionar o parlamentar a dar andamento ao projeto de anistia. Apesar da sinalização de espera do presidente da Câmara,

lideranças do grupo têm afirmado que a Casa deve votar já nesta quarta a urgência. O regime de urgência permite um andamento mais acelerado ao projeto. Ao entrar em urgência, uma proposta não precisa passar pelas comissões temáticas da Casa e pode ser analisada diretamente no plenário. A oposição protocolou um pedido para acelerar a análise da proposta em abril. Para que o rito acelerado seja aplicado, é preciso, no entanto, que o requerimento seja aprovado por, no mínimo, 257 deputados. A anistia aos condenados pela investida contra as sedes dos Três Poderes voltou ao centro das discussões políticas com a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado. A pauta é prioridade central da oposição na Câmara e no Senado, que defende um perdão amplo e geral, que beneficiaria, inclusive, o ex-presi-

dente. O texto, no entanto, enfrentou um vaivém de apoios e recuos nas últimas semanas. Parlamentares têm avaliado que a proposta perdeu fôlego e, como mostrou o blog do Valdo Cruz no g1, e que o pedido de urgência a uma proposta ampla pode ser derrotado em votação no plenário. Setores da Câmara, que incluem o presidente Hugo Motta, avaliam que, com a derrota da urgência, a Casa poderia discutir um texto alternativo, com mudanças na legislação penal e redução de penas. Enquanto a anistia está em compasso de espera, o presidente Hugo Motta decidiu avançar com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a blindagem a parlamentares na Justiça. **IPVA** Os contribuintes em débito com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no estado que quiserem aproveitar o



O PRESIDENTE da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que lideranças partidárias vão discutir nesta quarta-feira (17) a anistia

parcelamento em até três vezes oferecido pelo Refis IPVA Bahia, programa que concede também desconto de 95% em multas e acréscimos moratórios, devem fazer a adesão e o pagamento da primeira parcela até o dia 30 de setembro. Para isso, basta acessar o endereço www.sefaz.ba.gov.br, clicar no banner disponível e seguir o passo a passo no simulador após colocar o número do

Renavam do veículo ou do Processo Administrativo Fiscal (PAF). Após essa data, o débito do imposto só poderá ser parcelado em duas vezes, já que o Refis IPVA Bahia é válido até o dia 28 de novembro. Vale ressaltar que, nos casos de parcelamento, a prestação mínima a ser paga não pode ser inferior a R\$ 200. Lançado neste mês de setembro pelo Governo do

Estado, o Refis oferece a oportunidade para que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco estadual quitando débitos com IPVA decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024. Atualmente, de acordo com a Sefaz-Ba, cerca de 500 mil proprietários de veículos estão em débito com o IPVA no estado, dos quais 289 mil são motociclistas.

DA OPOSIÇÃO

Prefeito e vereadores anunciam apoio a petista

Fotos: Lucas Silva/Divulgação



PIU DE SANTO, prefeito de Iramaia, que votou com a oposição em 2022, declarou apoio a Jerônimo Rodrigues

REDAÇÃO

Mais um prefeito de oposição desistiu de apoiar a possível candidatura oposicionista de ACM Neto em 2026. Piu de Santo (PP), prefeito de Iramaia, que votou com a oposição em 2022, declarou apoio a Jerônimo Rodrigues ontem. "O povo de Iramaia tinha o desejo de nos ver junto ao governo do estado, conversei com meu grupo político e recebi carta branca para buscar essa aproximação. Sou um homem que preza pela honestidade e cumprimento da palavra, estou aqui e serei seu aliado governador", disse Piu durante reunião realizada com Jerônimo e um grupo de secretários e vereado-

res da cidade.

Para efetivar a aproximação com o governo estadual, o prefeito Piu buscou diálogo com deputados da base de Jerônimo e retirou o apoio ao deputado Sandro Régis (União Brasil), com quem havia caminhado no pleito de 2022. A movimentação envolvendo os deputados foi vista como elemento de enfraquecimento da Federação União Brasil-PP na Bahia. "Os deputados que a gente vinha caminhando não serviam para nossa relação com o estado. Busquei novos deputados que pudessem ajudar e conhecemos Joseildo Ramos", explicou Piu. O deputado Marquinho Viana também participou do encontro e terá o apoio do prefeito para de-

putado estadual.

Além do prefeito Piu, o vereador e presidente da Câmara de Iramaia, Elzo Bastos, eleito pelo União Brasil, declarou mudança de lado e apoio a Jerônimo em 2026. "Estamos aqui prontos para estar ao lado do governador nessa caminhada. Pode contar com a gente em nome dos vereadores que estão aqui, estamos juntos para apoiar o prefeito, o governador e os nossos novos deputados", disse Elzo. Trânsito - Cursos, palestras, apresentações, seminários, blitzes e atividades lúdicas para a criança. O Governo do Estado vai promover, através do Detran (Departamento Estadual de Trânsito) uma programação trans-

versal, envolvendo diversos públicos, na Semana Nacional de Trânsito – que começa na quinta-feira (18) e segue até o dia 25 de setembro. Seguindo a proposta nacional "Desacelere. Seu bem maior é a vida" o departamento está envolvendo secretarias e instituições para a promoção de um trânsito mais seguro. As atividades envolvem desde homenagens para agentes que direta e indiretamente contribuem por um trânsito cada vez melhor e mais seguro, passando por atividades lúdicas com escolas estaduais através de teatro de fantoches e workshop voltado às mulheres, ações com motofretistas e mototaxistas, blitzes educativas, palestras, etc..

Governo retira dois projetos da Assembleia para ‘ajustes técnicos’

O primeiro projeto foi enviado à casa legislativa no fim do mês de junho

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O governo do Estado solicitou à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) a retirada de dois projetos de lei em tramitação, com o objetivo de realizar ajustes técnicos. Em nota, a Casa Civil explicou que a decisão tem respaldo no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e não altera o mérito das propostas, que deverão ser reapresentadas em breve. Entre os projetos retirados estão o PL nº 25.860/2025, que trata da destinação de créditos decorrentes de disputas judiciais da Conces-

sionária Estadual de Gás Canalizado envolvendo tributos federais, e o PL nº 25.888/2025, que institui a Política Estadual e cria o Comitê Gestor Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana. O primeiro projeto foi enviado à Assembleia no fim de junho. A proposta, enviada em regime de urgência, prevê que os valores, resultantes de disputas relacionadas ao ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, sejam revertidos em benefício dos usuários do serviço. A matéria prevê que os créditos sejam aplicados na quitação de contingências que possam impactar a tarifa de distribuição, na amortização de investimentos da con-

cessionária com compensação em redução tarifária ou ainda em projetos de infraestrutura destinados a monetizar reservas provadas e ampliar a interiorização do gás natural no estado. "O objetivo da medida é assegurar que tais créditos sejam revertidos em favor da coletividade, contribuindo para a modicidade tarifária, o desenvolvimento da infraestrutura do setor e o fortalecimento do mercado de gás natural no Estado da Bahia", afirmou o governador Jerônimo Rodrigues (PT), na ocasião. Já o segundo texto chegou à AL-BA no final de julho. "A presente proposição busca, ao instituir a Política Esta-

dual de Agricultura Urbana e Periurbana, estabelecer o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana na Bahia, promovendo a segurança alimentar e nutricional, a inclusão socioeconômica, a sustentabilidade ambiental e o combate às desigualdades sociais", explicou Jerônimo Rodrigues. De acordo com o Executivo, a retirada dos projetos é uma etapa comum do processo legislativo e busca garantir maior precisão técnica. Na sequência, o governo encaminhou à AL-BA o PL nº 25.918/2025, que prevê alterações na estrutura remuneratória de cargos de diferentes carreiras do funcionalismo estadual.]

Foto: Divulgação



O GOVERNO do Estado solicitou à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) a retirada de dois projetos de lei em tramitação

Prefeitura entrega 60 títulos de propriedade pelo Casa Legal

REDAÇÃO

Mais 60 títulos de propriedade foram distribuídos para moradores do Alto do Coqueirinho nesta terça-feira (16). A entrega das escrituras ocorreu por meio do programa Casa Legal, com a presença do titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), Luiz Carlos de Souza, na sede do órgão, no bairro do Comércio. Sobre o programa de regularização fundiária, o secretário destacou o alcance so-

cial da iniciativa, que vem transformando vidas na capital baiana. "O programa tem um cunho social importante. São pessoas que construíram as casas com muito esforço, deixando de viajar, de passear, muitas vezes até de comer e vestir, para comprar um saco de cimento, um tijolo, para pagar o pedreiro. Muitas delas são feitas em regime de mutirão, e ficam sempre naquela angústia se perguntando: 'essa casa vai ser minha até quando?'" pontuou Luiz Carlos. O secretário explicou que a Prefeitura identificou as áreas que foram ocupadas e que eram de posse do município, mas que se tornaram núcleos consolidados ao longo dos anos. Ele lembrou também que o Casa Legal já existe há 13 anos e passou por uma importante modificação com a lei 13.465/2017. "Não entregamos mais o termo de posse como era antes, mas a escritura em si. Em complemento a isso, escolhemos fazer a regularização fundiária por edificação e não apenas do lote. A diferença entre um e outro é que eu posso regularizar o lote e, nesse lote, ter três edificações", comparou.

Jerônimo envia projeto para pagar abono a professores

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Jerônimo Rodrigues encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) o Projeto de Lei 25.945, que prevê o pagamento de um abono extraordinário aos profissionais do Magistério da Educação Básica da rede pública estadual. Na mensagem à presidente da Casa, deputada Ivana Bastos, o chefe do Executivo definiu a proposição como uma forma de reconhecer e valorizar o trabalho dos educadores responsáveis pela

formação das futuras gerações baianas. De acordo com o texto, o benefício será concedido apenas neste ano e terá como fonte parte dos recursos provenientes de precatórios judiciais referentes à complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O governo destacou que a medida reforça o compromisso da gestão com a educação pública e solicitou que a tramitação ocorra em regime de urgência, conforme previsto no Artigo 79 da Constitui-

ção estadual. O abono será destinado a servidores ativos e inativos, abrangendo professores efetivos, ocupantes de cargos comissionados e profissionais contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) que constarem na folha de pagamento de agosto. O valor corresponde a 20% da parcela devida pela União ao Estado da Bahia por meio do precatório judicial referente ao Fundef. Para fins de cálculo, o percentual será apurado conforme a mesma base prevista na Lei 14.592/23.